

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

FELECINA PEDRO BUDULA

PRECONCEITO LINGUÍSTICO EM MOÇAMBIQUE, COM FOCO NAS PESSOAS ORIUNDAS DA ZONA NORTE QUE MORAM EM MAPUTO

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2026

FELECINA PEDRO BUDULA

PRECONCEITO LINGUÍSTICO EM MOÇAMBIQUE, COM FOCO NAS PESSOAS ORIUNDAS DA ZONA NORTE QUE MORAM EM MAPUTO

Projeto de pesquisa apresentado para aprovação na disciplina de TCC II, do Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Orientador: Prof. Dr. Jorge Garcia Basso.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

FELECINA PEDRO BUDULA

PRECONCEITO LINGUÍSTICO EM MOÇAMBIQUE, COM FOCO NAS PESSOAS ORIUNDAS DA ZONA NORTE QUE MORAM EM MAPUTO

Projeto de pesquisa apresentado para aprovação na disciplina de TCC II, do Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Aprovado em: 22/06/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Garcia Basso (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Alexandre António Timbane
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Carlos Maroto Guerola
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	5
2	**PROBLEMA DA PESQUISA**	8
3	**OBJETIVOS**	10
3.1	GERAL	10
3.2	ESPECÍFICOS	11
4	**JUSTIFICATIVA**	11
5	**REFERENCIAL TEÓRICO**	12
6	**METODOLOGIA**	18
7	**CRONOGRAMA**	21
	REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

Moçambique é um país localizado no sudeste da África, conhecido por sua rica diversidade cultural, suas paisagens deslumbrantes e uma história marcada por desafios e resiliência. O país possui uma extensa costa ao longo do oceano Índico, com praias paradisíacas e ilhas tropicais, como o arquipélago de Bazaruto, sua população é conhecida pela hospitalidade e pelo calor humano. Além disso, possui um potencial significativo no cenário turístico, com parques nacionais que abrigam uma fauna diversificada e paisagens naturais impressionantes

A cultura moçambicana é uma mistura de influências africanas, portuguesas e de outras culturas, como a árabe e a indiana, cuja presença é muito forte na costa e no norte do país, especialmente na Ilha de Moçambique. Essas influências são evidenciadas na gastronomia — com o uso de especiarias e coco —, no comércio, nos estilos musicais, na dança, na culinária e nas festas populares. A música tradicional, como a marrabenta[1] e a timbila[2], é muito apreciada, e a gastronomia destaca-se pela riqueza de frutos do mar.

Segundo o painel oficial do portal do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, o país abriga mais de 34.958.973 habitantes, em sua maioria residentes no meio rural, onde se desenvolve a agricultura. Essa é uma das principais atividades econômicas do país, juntamente com o comércio e os serviços. Em razão dos elevados índices de pobreza e da indústria ainda incipiente, Moçambique é considerado um país subdesenvolvido.

Segundo Constituição da República de Moçambique (2004), a língua oficial do país é o português, o que se deve à colonização portuguesa, que se estendeu do século XVI até 1975. O país conquistou sua independência em 25 de junho de 1974. Seu nome oficial é República de Moçambique, e faz fronteira com cinco países: Tanzânia, ao norte; Zimbábue, Malawi e África do Sul, a oeste; e Essuatíni, a sudoeste. Do outro lado do oceano, separado do continente pelo Canal de Moçambique, fica Madagáscar.

Nampula é uma província localizada na região norte, e a língua nativa da província é o macua (Timbane, p. 24). O povo macua é um dos grupos étnicos mais significativos do país, especialmente na região de Nampula, onde sua cultura e tradições são muito valorizadas. Ela

[1] *Marrabenta* - Segundo Laranjeira (2014), a marrabenta é definida como uma elaboração popular surgida nos subúrbios de Lourenço Marques, atualmente chamada de Maputo. O gênero resultou da estilização de ritmos tradicionais, como Magika e Zukuta, por populações urbanizadas, consolidando-se como um símbolo da identidade nacional moçambicana.

[2] *Timbila* - (plural de *mbila*) é uma manifestação cultural do povo chope, da província de Inhambane, que designa simultaneamente o instrumento xilofone de madeira, a música e a dança. Segundo Hugh Tracey (1948), um dos principais estudiosos do gênero, a Timbila caracteriza-se por orquestras complexas e composições que narram fatos sociais.

tem uma rica herança cultural, que inclui danças, músicas e uma culinária única. Quando os macuas se deslocam para Maputo, capital do país, muitas vezes enfrentam diversos desafios, entre eles o preconceito linguístico. É fato que os macuas sofrem discriminação e outras dificuldades ao migrarem da região norte para a capital. Essa migração do campo para a cidade expõe diferenças culturais e linguísticas que podem gerar tensões, especialmente em contextos urbanos onde o português é dominante.

Além disso, as variantes da língua portuguesa — formas pelas quais o idioma se manifesta, diferenciando-se da norma-padrão ou de outras variedades em razão de fatores geográficos, sociais, históricos ou situacionais — tornam-se motivo de discriminação. A forte influência da língua macua resulta em sotaques distintos do português falado em Maputo, no sul do país. Esse sotaque, muitas vezes, é estigmatizado e considerado menos correto.

A falta de domínio da norma-padrão do português de Portugal, que ainda exerce forte influência no país, contribui para a exclusão em esferas profissionais e sociais. Outra questão desafiadora é a barreira de comunicação, pois o português é a língua oficial, enquanto o macua é a língua materna de grande parte da população do norte. Ao se mudarem para Maputo, esses migrantes podem enfrentar dificuldades para se comunicar plenamente, o que afeta seu acesso à educação, ao emprego e aos serviços públicos.

Uma das questões mais desafiadoras para os macuas é sentirem-se obrigados a assimilar a forma de falar e os costumes do povo da capital, para que consigam integrar-se, sentir-se acolhidos e falar sem vergonha, devido ao receio de serem ridicularizados ou inferiorizados por causa do sotaque macua.

A língua macua, que é uma das línguas locais, pode ser vista como um símbolo de identidade; porém, em ambientes urbanos, como Maputo, onde o português é predominante, isso pode levar a situações de discriminação. Algumas pessoas podem não compreender ou até menosprezar a língua e a cultura macua, o que pode ser desanimador para aqueles que se mudam para a cidade em busca de novas oportunidades.

No dicionário Infopédia, a palavra “Xingondo” significa pessoas com dons guerreiros, bravura e estoicismo. Contudo, de forma particular, no sul de Moçambique, o termo é usado para designar cidadãos oriundos do centro ou do norte do país, tornando-se, assim, um adjetivo pejorativo que permite olhar a pessoa como “boçal” e “selvagem” (Teixeira, 2025, p. 4).

“Decidi voltar ao passado e descobri que o honrado Presidente Samora Moisés Machel conceituava a palavra *xingondo* e a utilizava para se dirigir a pessoas dotadas de bravura e coragem guerreira. Exemplos claros disso são mulheres e homens que conhecemos como heróis nacionais” (Teixeira, 2025, p. 5).

Samora Moisés Machel (1933–1986) foi um líder revolucionário, militar e o primeiro Presidente de Moçambique após a independência, governando de 1975 até a sua morte, em 1986. Ele utilizou o termo *xingondo* durante a luta armada de libertação nacional. Originalmente, no contexto da Guerra (1964–1974), o termo era usado pelo camarada Samora para designar, de forma metafórica e carinhosa, pessoas com dons guerreiros, coragem e que se entregavam intensamente à guerra, especialmente os combatentes do norte e do centro de Moçambique. Ele utilizava o termo para elogiar os guerreiros e promover uma identidade nacional unificada. O objetivo era construir a imagem de um povo forte e heroico.

Porém, na atualidade, essa ideia samoriana perdeu o seu verdadeiro sentido. Hoje, o termo *xingondo*, conforme define a Infopédia, é utilizado para designar pessoas oriundas das províncias de Tete, Nampula, Niassa, Sofala, Manica e Cabo Delgado. Isso ocorre porque, pela falta de conhecimento histórico, a geração atual acaba promovendo divisões e tribalismo no país, perpetuando interpretações equivocadas para as futuras gerações. (Teixeira, 2025, p. 6). O significado original, que visava à união e à exaltação da bravura, foi corrompido e transformado em um conceito de cunho regionalista.

Ao se referirem às pessoas do norte e do centro como *xingondos*, os falantes do sul visavam menosprezar a identidade regional e ridicularizar o sotaque e o modo de vida dessas populações. O termo tornou-se uma forma de violência verbal que reforçava a discriminação e o tribalismo. A palavra deriva do changana *xingondo* e, em última análise, do macua, significando “guerra”. Posteriormente, o significado evoluiu, e o termo passou a ser ressignificado de maneira pejorativa, em decorrência de conflitos regionais e do preconceito linguístico em Moçambique.

É uma língua bantu, amplamente falada no sul de Moçambique, incluindo a capital, Maputo, além de regiões da África do Sul, da Suazilândia e do Zimbabwe. É a segunda língua mais falada em Moçambique.

Segundo Armindo Ngunga (2012, p. 18), o changana é definido como uma língua bantu pertencente ao grupo Tswa-Ronga, trata-se de uma língua transfronteiriça falada predominantemente no sul de Moçambique — especialmente nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane — e também na África do Sul.

O termo “xingondo” é usado de forma pejorativa por alguns habitantes da zona sul para se referirem às pessoas com um sotaque de português diferente do falado nessa região do país, refletindo uma visão estereotipada e negativa. O povo da etnia macua, especialmente por falar a língua mais utilizada em Moçambique, predominante na zona norte, ao deslocar-se para a

capital, localizada na região sul, enfrenta violência verbal e, muitas vezes, luta para aprender a falar de forma semelhante aos habitantes da zona sul, para que possa sentir-se incluído.

Ademais, não são chamados de “xingondos” apenas aqueles que se deslocam da região norte e centro para a capital, Maputo. Mesmo tendo nascido em Maputo, se os pais não forem da região sul, o indivíduo poderá ser automaticamente considerado um “xingondo”, em sentido pejorativo, apenas por ter origem familiar fora da região sul. O indivíduo nem precisa necessariamente afirmar que os pais são oriundos da zona norte ou centro, pois, em Moçambique, as diferenças nos apelidos entre as regiões sul e norte do país devem-se, principalmente, à diversidade étnica, linguística e histórica existente no território nacional.

O território moçambicano é marcado por uma vasta diversidade etnolinguística, refletida em sistemas de nomenclatura distintos entre as diferentes regiões do país. No Sul, predominam grupos como os Tsonga e os Changana, com apelidos característicos como Maluleque, Macamo e Muianga. Em contrapartida, nas regiões Centro e Norte, a influência de grupos como os Macua e os Maconde, aliada à herança cultural islâmica, resulta em nomes como Assane, Amade e Abdullah.

Essa diferenciação funciona como um marcador imediato de origem geográfica, contribuindo para uma estratificação social em que o apelido pode tornar-se um critério de exclusão. Na prática, indivíduos com nomes de origem sulista, como Macamo, frequentemente gozam de maior prestígio e de mais acesso a oportunidades, enquanto aqueles com apelidos associados ao Norte enfrentam limitações e preconceitos enraizados na estrutura social do país.

2 PROBLEMA DA PESQUISA

O preconceito linguístico é um tema relevante e complexo, especialmente em contextos como o de Moçambique, onde a diversidade linguística e cultural é rica e diversa. No caso das pessoas oriundas da etnia macua, da província de Nampula, que vivem em Maputo, esse preconceito pode manifestar-se de várias maneiras.

A principal forma de manifestação do preconceito linguístico é a inferiorização da variante do português falado na região norte, influenciada por línguas bantu, como o Emakhuwa. Essa variante é frequentemente vista pelos habitantes de Maputo como menos correta ou menos elegante em comparação com o português falado no sul do país, criando, assim, uma hierarquia linguística. O termo colonial “dialeto”, utilizado para se referir às línguas nacionais, ainda prevalece e reforça a ideia de que as variantes do norte seriam inferiores.

O sotaque dos falantes da língua macua é frequentemente associado a estereótipos ligados à ruralidade, sendo a fala relacionada, de forma preconceituosa, a origens rurais ou não urbanas. Muitas vezes, o modo de falar é erroneamente interpretado como sinal de menor escolaridade. O preconceito linguístico também pode ser observado nos concursos de ingresso ao mercado de trabalho, pois, em ambientes profissionais, o sotaque e a variedade linguística podem tornar-se obstáculos. Dessa forma, candidatos com características linguísticas da região norte podem ser desconsiderados, mesmo possuindo as qualificações necessárias.

O sotaque funciona como uma etiqueta de origem social. Em processos de recrutamento em Maputo, o candidato do norte e frequentemente estigmatizado; a sua prosódia, influência pelas línguas bantu como o Emakhuwa, e lida como um sinal de menor competência; o que resulta na perda de oportunidades profissionais e na manutenção de ciclos de subalternidade.

Nas palavras de Saguate (2017, p. 101), o preconceito linguístico manifesta-se de forma cruel, uma vez que o falante que não domina o português da capital é frequentemente empurrado para a periferia social, sendo-lhe negado o reconhecimento de suas competências profissionais devido ao seu sotaque ou às marcas de sua língua materna.

A discriminação linguística pode limitar a ascensão social e as oportunidades de empregabilidade, mantendo as pessoas oriundas da zona norte em posições de subalternidade. Nas escolas, o preconceito linguístico é notório no contexto moçambicano. Os alunos do norte, ao chegarem a Maputo, podem ter a sua variedade de português influenciada pela língua materna macua, sendo muitas vezes considerada incorreta, rude ou menos inteligente. Professores e colegas podem corrigir de forma humilhante as suas expressões e pronúncias, associando a forma de falar a estereótipos de ruralidade e falta de educação.

A escola, ao supervalorizar o português da capital como correto, reforça a ideia de uma hierarquia linguística, na qual as variedades regionais são vistas como inferiores. Isso leva os alunos a sentirem vergonha de sua própria forma de falar. Muitos estudantes sentem-se intimidados a participar de discussões em sala de aula, por medo de serem ridicularizados. Esse contexto afeta o desempenho acadêmico, o desenvolvimento da oralidade e a capacidade de expressar suas ideias e conhecimentos.

No contexto educacional moçambicano, demonstra que a escola ainda funciona como um filtro de exclusão para aqueles que não dominam a norma culta (Timbane, 2014, p. 115). A sala de aula torna-se um espaço de silenciamento quando o professor prioriza a correção punitiva em detrimento da comunicação, gerando no aluno um sentimento de inadequação (Saguate, 2017, p. 102).

Para os macuas, a língua constitui uma parte fundamental da identidade cultural. No entanto, ao se mudarem para a capital, muitos enfrentam estigmas associados ao seu modo de falar. Ou seja, os falantes da língua macua, de Moçambique, frequentemente sofrem estigmatização social relacionada à sua forma de expressão. Isso ocorre porque o modo como utilizam o português, influenciado pela língua materna, é muitas vezes considerado inadequado ou incorreto pelos habitantes da capital.

Em Maputo, os falantes de macua são frequentemente julgados por não dominarem a variedade de português falada na cidade, que é considerada, por muitos, como o padrão correto, o sotaque dos falantes de macua é frequentemente associado à sua origem rural e, por vezes, à falta de educação, mesmo quando se trata de pessoas instruídas. Indivíduos com maior nível de escolaridade, que geralmente têm acesso a informações sobre a diversidade linguística e os efeitos nocivos do preconceito linguístico, têm a responsabilidade de não reproduzir esses estigmas.

Usar um termo que se sabe ser ofensivo vai contra o conhecimento adquirido e demonstra uma escolha deliberada de desrespeito. No ambiente de trabalho, quando um gestor instruído ouve um colaborador do norte e comenta: Ele fala bem, nem parece de Nampula; ou seja, tens de perder esse sotaque para seres levado a sério. Embora pareça um elogio, trata-se de uma escolha deliberada que reafirma a ideia de que o sotaque de origem é inferior ou inadequado para espaços de prestígio.

O modo de falar dos macuas é frequentemente usado para marginalizá-los, tratando-os como inferiores e rejeitando não apenas a língua que falam, mas também a sua pessoa e a sua identidade. O português, falado principalmente em áreas urbanas e por pessoas escolarizadas, é frequentemente visto como a norma padrão, enquanto línguas regionais, como o macua, podem ser consideradas menos sofisticadas ou inferiores em comparação com o português, que é a língua oficial e predominante em ambientes urbanos. Diante disso, surge a seguinte questão: qual é a percepção do preconceito linguístico no cotidiano?

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Analisar o preconceito linguístico em Moçambique, com foco nas pessoas oriundas de

Nampula que vivem em Maputo, identificando as suas implicações sociais, culturais e educacionais.

3.2 ESPECÍFICOS

1. Investigar a natureza do preconceito linguístico e a forma como ele se manifesta.
2. Analisar como o estatuto do português como única língua oficial contribui para a desvalorização das línguas locais e para a criação de hierarquias sociais.
3. Avaliar as consequências psicossociais e educacionais desse preconceito na integração dos cidadãos oriundos de Nampula na capital.

4 JUSTIFICATIVA

O preconceito linguístico é um problema persistente em Moçambique, especialmente nas regiões Centro e Norte do país. A língua portuguesa, por ser a língua oficial, é frequentemente valorizada em detrimento das línguas locais, o que contribui para a marginalização das comunidades que falam essas línguas.

Essa dinâmica torna-se evidente no cotidiano moçambicano, onde os exemplos de marginalização linguística são recorrentes, especialmente por meio da caricatura e do escárnio. É comum observar, seja em programas de entretenimento, seja em interações nas redes sociais, a imitação das variedades do português falado na Zambézia ou em Nampula com o objetivo de provocar riso. Esse fenómeno não constitui apenas uma brincadeira, mas também uma demonstração de que as variantes regionais são vistas como desprovidas de prestígio e inteligência.

A manifestação desse problema social também é visível nas barreiras de empregabilidade. Pode-se observar que o domínio de uma variante específica do português — associada à fala de Maputo ou ao padrão europeu — funciona como um critério de seleção. Candidatos oriundos do Centro e do Norte do país, embora qualificados, são frequentemente direcionados para posições subalternas devido às marcas linguísticas associadas ao meio rural, reforçando uma hierarquia em que o sotaque influencia o lugar que o indivíduo ocupa na economia e na sociedade.

A pesquisa desse tema é crucial para compreender as dinâmicas sociais em Maputo e promover um ambiente mais inclusivo, no qual a diversidade linguística seja valorizada**.** É

fundamental que haja conscientização sobre a importância de respeitar e preservar as línguas e culturas locais, contribuindo para um Moçambique mais coeso e respeitoso em relação às suas múltiplas identidades.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa primeira fase, definiremos os variados conceitos de preconceito linguístico. O preconceito linguístico é um tema complexo, que envolve a relação entre língua e sociedade. Segundo Timbane e Rezende (2016), a língua pode tornar-se um instrumento tanto de opressão quanto de libertação no contexto lusófono, dependendo da perspectiva adotada. Os autores elucidam a ideia de que a língua, principalmente quando considerada padrão, pode ser utilizada como uma ferramenta de opressão, reforçando desigualdades sociais e culturais.

A organização e a classificação das línguas e variedades linguísticas em uma hierarquia de prestígio, na qual a norma culta é associada a valores de poder, podem marginalizar e desvalorizar outras formas de expressão linguística. Outrossim, a falta de domínio da língua padrão pode ser vista como um sinal de inferioridade ou ignorância, reforçando as desigualdades existentes e limitando a participação de todos na vida social, política e cultural.

Em Moçambique, por exemplo, nas escolas, as línguas locais são proibidas, e quem não compreende a língua portuguesa fica impedido e limitado no seu processo educativo. Assim sendo, torna-se obrigatório aprender a falar português para quem deseja estudar e qualificar-se para o mercado de trabalho.

Amony da Flora Saulosse, docente de Técnicas de Expressão em Língua Portuguesa na Universidade Pedagógica, investiga, em sua produção científica, o preconceito linguístico manifestado nos discursos de usuários do TikTok em Moçambique. O autor argumenta que o cerne da questão reside na intolerância às variedades do português moçambicano praticadas pelos próprios moçambicanos, cultores da norma culta (Saulosse, 2023).

Nesse contexto, ao utilizar o termo “cultores da norma culta”, Saulosse refere-se a indivíduos que defendem rigidamente o português europeu como único padrão aceitável, marginalizando as expressões autênticas do português falado em Moçambique. No entanto, essa norma culta acaba inferiorizando as pessoas e diminuindo sua autoestima. Além disso, as oportunidades no mercado de trabalho acabam não contemplando aqueles que não conseguem imitar o português europeu e o sotaque dos europeus, desvalorizando, assim, as variações

dialetais influenciadas pelas línguas locais (bantu), pela região geográfica e pelo contexto social dos falantes.

A norma de prestígio, utilizada em contextos formais e no ensino, ainda se aproxima do português europeu, enquanto as variantes populares são mais marcadas por interferências das línguas maternas.

Na região sul de Moçambique, o português é bastante influenciado pelas línguas bantu da região, como o Xichangana e o Xitswa. Essa variante tem sido objeto de diversos estudos e apresenta características próprias no léxico e na sintaxe.

No norte de Moçambique, o português falado em províncias como Nampula é influenciado por línguas locais, como o Emakhuwa. Tanto nas zonas rurais quanto nas urbanas, existem diferenças acentuadas entre o português falado nas áreas urbanas — onde há maior exposição à norma padrão, inclusive nas escolas — e o das zonas rurais, nas quais a influência das línguas maternas é mais evidente.

O escritor brasileiro Marcos Bagno (1999, p. 69) também cita, no livro Preconceito Linguístico, que o domínio da norma padrão é visto como um instrumento de ascensão social. "Ora, se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo? Afinal, supostamente ninguém melhor do que eles dominam a norma culta." Só que a verdade está muito longe disso, como bem sabemos nós, professores, a quem são pagos alguns dos salários mais baixos da nossa sociedade.

Para Marcos Bagno, o domínio da norma padrão é um mito. Ele argumenta que a norma culta, por si só, não garante a mobilidade social. O autor explica que o preconceito linguístico é sustentado por diversos fatores sociais, econômicos e políticos, e que a ascensão social depende de uma visão mais ampla, que inclua o reconhecimento das variações linguísticas e a garantia de direitos básicos, e não apenas o domínio de uma norma gramatical específica. O linguista defende que a escola, ao se restringir ao ensino da norma culta, acaba por se tornar um espaço de exclusão, pois, a maioria dos alunos não têm acesso a esse conhecimento em um nível que garanta ascensão.

No contexto moçambicano, a afirmação do linguista Marcos Bagno de que o domínio da norma padrão é um instrumento de ascensão social ganha uma complexidade particular, devido à diversidade linguística do país e ao papel histórico do português. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, publicados pelo Ministério da Educação (2010), Moçambique conta com vinte e uma línguas bantu e uma língua europeia — o português —, que é a língua

oficial segundo a Constituição da República do país, sendo falada por apenas 10,7% dos moçambicanos (Timbane, 2001, p. 262).

A escola moçambicana, que ainda privilegia a norma padrão, muitas vezes ligada ao português de Portugal, cria um ambiente de exclusão para os alunos que não têm o português como língua materna ou que utilizam variantes informais ou locais da língua. Isso marginaliza grande parte da população e dificulta o acesso à educação e a cargos de maior prestígio, pois os falantes dos centros urbanos, com maior escolarização, têm mais oportunidades de contato com a norma padrão, enquanto os falantes das zonas rurais mantêm maior contato com variedades não oficiais da língua portuguesa.

Isso reforça a desigualdade social e cria uma hierarquia linguística que espelha as divisões sociais. Em Moçambique, os jornalistas, repórteres e apresentadores de televisão utilizam um padrão linguístico que serve como meio de comunicação e estabelece a norma de linguagem ou o estilo a ser seguido. Segundo Marcos Bagno (1999), a ideia de uma língua única correta deve ser desmistificada, pois não existe apenas uma forma certa de falar a língua, isto é, a norma culta padrão. O autor argumenta que o preconceito linguístico funciona como um mecanismo de manutenção dos privilégios de uma parcela da população.

Em Moçambique, por exemplo, o português, que é a língua oficial, é frequentemente imposto como a única variante de prestígio, desvalorizando as línguas locais (línguas bantas, como o macua) e as variantes do português moçambicano. Os falantes do norte, cuja língua materna é majoritariamente o macua, enfrentam estigma por não dominarem a norma padrão do português ou por falarem com sotaque e características fonéticas influenciadas pela sua língua bantu materna.

Octavio Santiago Neto, em sua obra *Só Sei Que Foi Assim: O Drama do Preconceito contra o Nordestino* (2024), revela que o estigma contra o nordestino brasileiro não é um fenômeno acidental, mas um projeto político e discursivo consolidado no início do século XX.

A partir dessa premissa, torna-se possível estabelecer um paralelo direto com a realidade de Moçambique, onde a desvalorização das variantes linguísticas da região norte também atua como um marcador de inferiorização e manutenção de hierarquias sociais. A obra resulta de sua tese de doutorado, que investiga a construção histórica dos estereótipos negativos associados ao nordestino. “A contribuição da imprensa na criação e disseminação desses estereótipos foi motivada por disputas de poder político e econômico, em meio à difusão de pensamentos eugenistas e à depreciação da mão de obra migrante” (Neto, p. 6).

Ele demonstra que o preconceito não é acidental, mas sim um projeto político e discursivo que remonta ao início do século XX. Influenciado por disputas de poder e ideais

eugenistas, o Nordeste foi retratado como sinônimo de atraso, miséria e ignorância. O autor detalha como a mídia e a produção cultural contribuíram para a formação e disseminação de estereótipos sobre os nordestinos, vistos como atrasados, preguiçosos e incivilizados. Além disso, ele analisa a participação de escritores como Euclides da Cunha e Clarice Lispector, bem como das telenovelas, na sedimentação dessas narrativas.

Na análise de Octavio Santiago Neto, o preconceito contra o nordestino é apresentado como uma forma de racismo. Em Moçambique, onde o português é a língua oficial, o preconceito linguístico também pode estar interligado a hierarquias sociais que desvalorizam variedades influenciadas pelas línguas bantu.

Em Moçambique, pode-se notar quantos humoristas e outros artistas das regiões Norte e Centro também relatam ser desprezados ou terem o seu trabalho desvalorizado por causa de seus sotaques específicos. O humor, que muitas vezes depende da identificação cultural e linguística, acaba esbarrando nessas barreiras, nas quais a variante linguística do Sul é, de forma não oficial, hierarquizada como superior.

A experiência do humorista Geraldo Jorge Ngaunje, artisticamente conhecido como Tio Yado, constitui um exemplo paradigmático desse preconceito. Humorista e criador de conteúdo digital, originário de Lichinga, na província de Niassa, região Norte de Moçambique, ele alegadamente afirmou sentir-se mais acolhido e valorizado em Angola do que em seu próprio país.

A análise da trajetória do humorista moçambicano Tio Yado constitui um caso de estudo relevante para compreender o preconceito linguístico. Conforme documentado em entrevistas concedidas pelo próprio artista à Deutsche Welle (DW África) e em suas participações em canais estatais, como a Televisão Pública de Angola (TPA), sua experiência ilustra o estigma enfrentado pelos falantes da região Norte de Moçambique. Isso ocorre porque, em Moçambique, ele é por vezes estigmatizado ou considerado inferior por alguns indivíduos da região Sul devido ao seu sotaque. Nessas circunstâncias, o seu trabalho tende a receber menor valorização em comparação ao de humoristas sulistas, justamente em razão do sotaque nortenho.

Em Angola, por estar inserido em um contexto sociolinguístico diferente, o sotaque do humorista pode ser percebido apenas como uma variação linguística exótica ou neutra, sem o peso do estigma social e da hierarquia linguística interna existente em Moçambique. O humorista moçambicano proveniente da zona norte do país enfrenta, frequentemente, desprezo e estigma devido ao seu sotaque característico ao falar português. Em Moçambique, as pessoas da região norte, especialmente as que falam macua, têm a sua forma de falar, por vezes,

considerada inferior ou incorreta em comparação com a variante de Maputo, que se aproxima mais do português europeu ou da norma local do sul.

Como destacam Ngunga e Faquir (2011, p. 3), no referido seminário, em que foram lançadas as bases para uma ortografia padrão das línguas moçambicanas, o estudo dessas línguas ganhou impulso com o Nelimo, que "empenhou-se no cumprimento das atribuições de investigação, promoção e desenvolvimento das línguas moçambicanas".

Esse processo é crucial para a legitimação dessas línguas. Os autores criticam a política educacional que prioriza o português, resultando em exclusão e baixo desempenho de alunos que chegam à escola falando apenas línguas maternas moçambicanas. A educação bilíngue é vista como uma forma de valorizar a diversidade linguística e melhorar a aprendizagem.

No norte do país, por exemplo, o macua é a língua majoritária. As crianças falantes de macua enfrentam preconceito e dificuldades de aprendizagem quando o ensino é realizado exclusivamente em português. A falta de valorização desse idioma na escola reforça a ideia de que essa língua é um obstáculo, e não um recurso, para a aprendizagem.

Em Moçambique, é de caráter obrigatório aprender a falar a língua portuguesa. Alguns encarregados de educação acabam não priorizando a língua materna dos seus filhos. É muito comum uma mãe zangar-se ao ver o filho falando a língua materna, porque o encarregado sabe que, se o seu filho não tiver domínio da língua portuguesa, enfrentará sérios problemas durante o percurso académico, bem como dificuldades para ingressar no mercado de trabalho.

As investigações sobre as línguas moçambicanas, lideradas por pesquisadores como Armindo Ngunga e Faquir (2011), buscam romper com a herança colonial que marginalizou e desvalorizou as línguas bantu. O status subalterno da língua macua no sistema educacional e na esfera pública colonial evidencia esse processo. O português foi imposto como língua oficial e de prestígio, enquanto as línguas nacionais foram estigmatizadas como dialetos inferiores.

Isso contribui para o preconceito contra os falantes de macua, especialmente em contextos urbanos e educacionais. Os dois autores destacam a importância da padronização para a valorização das línguas nacionais, incluindo a língua macua. Esse processo pode ajudar a reduzir o preconceito linguístico e promover a igualdade linguística.

Outrossim, Ngunga e Faquir (2012, p. 72) destacam o papel da educação na promoção da diversidade linguística. A inclusão da língua macua nos currículos escolares pode contribuir para a valorização e o respeito por essa língua. Ademais, os autores ressaltam a necessidade de políticas linguísticas inclusivas que promovam a valorização e o respeito por todas as línguas nacionais, incluindo a língua macua, que é a mais falada na zona norte. "De acordo com o INE (2010), o Emakhuwa é falado por mais de 3.307.378 pessoas de cinco anos de idade ou mais

em Moçambique" (Ngunga; Faquir, 2012, p. 72). Portanto, isso ajudaria a reduzir o preconceito linguístico e a promover a coesão social.

Segundo Ngunga (2012, p. 11), a divergência fonética e fonológica entre o português moçambicano (PM) e o português padrão não deve ser interpretada como um erro, mas sim como um reflexo direto do multilinguismo nacional e das características estruturais das línguas bantu. Apesar de o português ser a língua oficial de Moçambique, a maior parte da população o adquire como segunda língua (L2), possuindo uma língua bantu como primeira língua materna (L1).

O livro *O direito à fala: a questão do preconceito linguístico*, organizado por F. L. da Silva e H. M. M. de Moura (2000), é uma coletânea de textos que aborda a temática do preconceito linguístico e suas implicações sociais e educacionais. Os autores defendem que o preconceito linguístico é um problema social real, muitas vezes invisível ou não reconhecido pela maioria das pessoas, o que o torna ainda mais poderoso e nocivo. A obra critica a ideia de uma língua imaginária ou de uma norma culta rígida, defendendo que todas as variedades linguísticas são válidas e funcionais para seus falantes.

O preconceito surge quando uma variedade linguística — geralmente associada à classe dominante, urbana e com acesso ao poder — é imposta como superior, enquanto as demais são estigmatizadas como erradas ou inferiores. A situação em Moçambique ilustra perfeitamente a tese do livro sobre a hierarquização das línguas e variedades linguísticas. Em Maputo (região sul), onde o português padrão e algumas línguas locais do sul, como o xichangana, podem possuir maior prestígio social, os falares do norte frequentemente tornam-se alvo de chacota ou discriminação social e profissional. Assim, a discriminação contra os norteanos em Maputo reflete dinâmicas de poder social, linguístico e geográfico.

O livro ajuda a compreender que o preconceito linguístico não está relacionado com a língua em si, mas com quem a fala e com a posição social que essa pessoa ocupa. A migração da zona norte para a capital cria um cenário de conflitos e atitudes linguísticas desfavoráveis. O direito à fala é um direito fundamental para a dignidade e a inclusão social de todos os indivíduos, independentemente da língua ou da forma de falar. É essencial reconhecer que todas as línguas e variedades linguísticas têm valor e importância, e que todos têm o direito de se expressar de forma autónoma e respeitada. O direito à fala permite que todos os indivíduos, independentemente de sua origem social, económica ou cultural, sejam reconhecidos e respeitados em sua identidade linguística.

No contexto do direito à fala e da diversidade linguística, é importante reconhecer a relevância da língua macua e da cultura macua em Moçambique. Também é importante lembrar

que as pessoas que falam macua, ou outras línguas não consideradas padrão, podem enfrentar dificuldades no acesso a oportunidades e no respeito à sua identidade cultural. Portanto, no livro *O Direito à Fala*, os dois autores oferecem ferramentas conceituais para analisar como crenças e atitudes linguísticas — especialmente atitudes negativas em relação ao sotaque e ao vocabulário do norte — contribuem para a exclusão social. Ademais, a obra permite enquadrar o preconceito sofrido pelos moçambicanos da zona norte em Maputo como uma questão de direitos linguísticos e de justiça social, destacando a influência das línguas nacionais e o preconceito que pode resultar dessas diferenças.

A língua materna faz parte da identidade de cada cidadão e, ao partilhá-la com os outros, ela mantém os nossos laços de relacionamento; daí revestir-se de grande importância.

Em resumo, o preconceito linguístico é um tema complexo que envolve a relação entre a língua e a sociedade. É importante reconhecer a importância das línguas maternas e promover a sua valorização e o seu uso em diferentes contextos, incluindo a educação e a comunicação oficial. Isso pode ajudar a promover a inclusão e a diversidade cultural, bem como reduzir as desigualdades sociais e económicas.

6 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e adota uma abordagem exploratória e descritiva, com o objetivo de compreender as experiências individuais de preconceito linguístico vivenciadas por pessoas oriundas da zona norte que residem em Maputo. Além disso, serão realizadas 10 entrevistas, com foco nas histórias de vida e nas experiências linguísticas dos participantes.

Para a entrevista semiestruturada, o roteiro deve incluir perguntas abertas e flexíveis, de modo a permitir que o entrevistado compartilhe suas percepções e experiências. Exemplos: “Você pode relatar uma experiência específica em que se sentiu discriminado ou julgado por causa do seu sotaque macua?”; “Como o preconceito linguístico afetou a sua vida pessoal e profissional?”; “Você já se sentiu obrigado a mudar o seu sotaque ou a sua forma de falar para se adaptar a determinadas situações?”; “Você acredita que o preconceito linguístico está relacionado à falta de valorização da cultura e das línguas locais?”; “Qual mensagem gostaria de deixar para as pessoas que não compreendem ou discriminam o sotaque macua?”.

Essa escolha permite uma análise aprofundada das formas como o preconceito linguístico se manifesta em contextos específicos e de que maneira afeta os indivíduos em nível

pessoal, social e profissional. Serão realizadas entrevistas individuais com os três participantes, utilizando um roteiro com perguntas abertas, que permitam explorar livremente suas experiências com o preconceito linguístico.

Serão realizadas gravações e transcrições com o consentimento dos participantes. É importante garantir que os participantes estejam cientes de que a entrevista será gravada e transcrita, e que tenham dado seu consentimento explícito antes do início da gravação. Além disso, é fundamental manter a confidencialidade e a privacidade dos participantes. Conforme mencionado anteriormente, as entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas para análise. Utilizaremos também o critério de seleção dos participantes, ou seja, os participantes serão escolhidos com base nos seguintes critérios: terem vivenciado situações de preconceito linguístico em Maputo. Os participantes devem ter experienciado, percebido ou presenciado situações de preconceito linguístico relacionadas à sua origem nortenha. Ademais, devem ser originários de uma das províncias da zona norte de Moçambique (Cabo Delgado, Nampula e Niassa). Além disso, devem ter migrado da zona norte de Moçambique para Maputo ou ter residido na capital por um período significativo.

É crucial que os participantes tenham vivenciado, de alguma forma, o preconceito linguístico, seja por terem sofrido discriminação pela sua forma de falar ou por terem testemunhado tais situações. É importante que falem Emakhuwa, língua majoritariamente falada na região norte de Moçambique, e também português, para que possam discutir a relação entre o bilinguismo e o preconceito.

Os participantes devem estar dispostos a compartilhar suas experiências e a participar da entrevista. É importante incluir participantes que falem variedades do português moçambicano, influenciado pelas línguas locais do norte, além de pessoas que tenham se adaptado ao contexto linguístico de Maputo. É ideal incluir diferentes gerações, pois isso pode revelar como o preconceito linguístico se manifesta e evolui ao longo do tempo. Por exemplo, entrevistar jovens que cresceram em Maputo e adultos que migraram na vida adulta pode gerar dados valiosos.

Olharemos o tempo de permanência do participante em Maputo, incluindo participantes que vivem na capital há pouco tempo e outros que moram há muitos anos, pois isso pode demonstrar a percepção de preconceito em diferentes fases da adaptação. Além disso, a diversificação da amostra com participantes de diferentes ocupações (estudantes, trabalhadores e profissionais liberais) pode revelar como o preconceito afeta diferentes esferas da vida.

Os participantes devem estar dispostos a compartilhar suas experiências em primeira pessoa e apresentar diversidade de contextos linguísticos (por exemplo: português padrão e/ou variantes locais e línguas bantu).

Realizaremos os procedimentos de análise de dados por meio da análise de conteúdo temática, com os seguintes passos:

1. Leitura flutuante: leitura preliminar, holística e flexível das transcrições, com o objetivo de familiarização com o conteúdo.
2. Codificação dos trechos que indicam experiências de preconceito linguístico.
3. Agrupamento por temas recorrentes, como discriminação em instituições e correção linguística.
4. Interpretação à luz do referencial teórico sobre preconceito linguístico, sociolinguística crítica e identidade cultural.

Por fim, serão considerados aspectos éticos de anonimato: os nomes e identificações dos participantes serão substituídos por pseudônimos. Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, visando compreender as experiências pessoais de preconceito linguístico vivenciadas por 10 indivíduos em Maputo. As fontes serão consultadas em bases como SciELO, repositórios de universidades moçambicanas e bibliotecas locais.

A seleção do material será orientada por palavras-chave como preconceito linguístico, sociolinguística crítica, língua e poder, variação linguística em Moçambique e português em África, entre outras. O material selecionado será analisado a partir dos seguintes eixos: fundamentos do preconceito linguístico; história e política linguística em Moçambique, com ênfase na análise histórica da imposição do português no período colonial, sua adoção como língua de unidade nacional no pós-independência e as políticas públicas atuais voltadas à gestão do multilinguismo e ao ensino bilíngue no país; e casos documentados de discriminação linguística, com levantamento de registros sobre a marginalização de falantes de variedades não padrão no sistema educacional, no mercado de trabalho e nos meios de comunicação.

Essa revisão servirá de base para interpretar as narrativas dos participantes, contextualizando-as no debate teórico e contribuindo para a análise crítica dos dados coletados.

7 CRONOGRAMA

Tabela com o período da pesquisa e o planejamento de tempo do estudo

ATIVIDADES DE PESQUISA TCC 1. TCC 2 e TCC 3	**2026/207 (Meses)**											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
TCC 1 – Leituras teóricas e estudo das fontes documentais							X	X	X	X	X	
TCC 2 – Leituras teóricas e estudo das fontes documentais		X	X	X	X	X						
TCC 3 – Escrita de monografia ou artigo							X	X	X	X	X	

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

DIAS, Hildizina Norberto. A norma padrão e as mudanças linguísticas na língua portuguesa nos meios de comunicação de massas em Moçambique. In: _____. **Português moçambicano: estudos e reflexões**. Maputo: Imprensa Universitária, 2009. p. 404–420.

FURTADO, Filipe. **A construção do fantástico na narrativa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

FRANDOLOSO, R. O sotaque de Letícia Spiller na novela **O Sétimo Guardião ainda causa estranhamento**. TV Foco, São Paulo, 30 dez. 2018. Disponível em: https://www.otvfoco.com.br/sotaque-de-leticia-spiller-na-novela-o-setimo-guardiao ainda-causa-estranhamento/. Acesso em: 11 fev. 2022.

LUIZ, Maria. **Características de um padrão de português moçambicano emergente em contexto escola**r. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação, 2004.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique**. Maputo: Alcance, 2004.

NGUNGA, Armindo. **Língua e transição democrática em Moçambique**. Comunicação apresentada no seminário Transição Democrática e as Ciências Sociais nos PALOP, Maputo, 1–3 jun. 1993.

Ngunga, Armindo; SIMBINE, Madalena Citia. **Gramática Descritiva da Língua Changana**. Maputo: Centro dos Estudos Africanos (CEA)-UEM, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, Inês (org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 203–212.

POSSENTI, Sírio. A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 123–140, 1995.

SILVA, Fabio Lopes da; MOURA, Heronides Maurílio de Melo (org.). **O direito à fala: a questão do preconceito linguístico**. Florianópolis: Editora Insular, 2000. p. 128.

SANTIAGO, Octavio. **Só sei que foi assim: a trama do preconceito contra o povo nordestino**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2025.

SAGUATE, Artinesio Widnesse. **O portugues makhuwa: Representação escrita e proposta de exercícios didáticos no ensino bilingue**. 2017. Tese de Doutorado em Letras, Filosofia e Língua Portuguesa USP, 2017. disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-10112017-120739/publico/2017_ArtinesioWidnesseSaguate_VCorr.pdf - último acesso em: 03.06.2026.

TIMBANE, Alexandre A.; REZENDE, Maire C. M. **A língua como contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique**. Revista Travessias, Cascavel, v. 10, n. 3, p. 388–408, 2016.

TIMBANE, Alexandre Antonio. **Desafios do ensino do Português em contexto multilíngue em Moçambique**. Travessias, Cascavel, v.8, n.2, p.2001, 2014.